



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - HIS

***¡Tierra y libertad!: ideais de reforma agrária a partir do periódico
Regeneración (1910-1918)***

Yasmin de Araujo Chagas

Brasília - DF

2023

YASMIN DE ARAUJO CHAGAS

***¡Tierra y libertad!:* ideais de reforma agrária a partir do periódico
Regeneración (1910-1918)**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia)
apresentado ao Departamento de História do Instituto de
Ciências Humanas da Universidade de Brasília como
requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em
História.

Brasília

2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal (Orientador)

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Universidade de Brasília

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, professor Carlos Eduardo Vidigal, que possibilitou que um emaranhado de ideias se tornasse um tema apaixonante. Suas recomendações bibliográficas, apontamentos e crença no meu desempenho me ajudaram a dar corpo e significado acadêmico e pessoal à minha pesquisa.

Agradeço também à minha mãe, Cléria, que desde sempre acreditou no meu potencial e incentivou a leitura, sem a qual eu jamais teria encontrado os caminhos da história. Às minhas irmãs, Kaylaine e Clarice, que se espelham em mim, e pelas quais eu sempre buscarei dar o meu melhor, e ao Bernardo e Lilith, meus sobrinhos, para quem transmitirei o que sei, na medida do possível. Aos meus irmãos Ikaro e Ítalo, que apesar dos posicionamentos controversos, me apoiaram pessoalmente, e por isso lhes sou grata.

A Camila, irmã de outra mãe, que me acompanha há mais de dez anos, e que me escutou e ainda escuta, nos momentos de crise, e que em meio a tantas tempestades, me foi como uma sólida rocha, com quem pude sempre contar. Suas observações jurídicas me esclareceram diversos pontos no decorrer desse trabalho.

Ao Caju e Vitor, que a vida profissional me apresentou, que acompanharam meu amadurecimento nesta Universidade, e desde que iniciei o trabalho, reforçaram a minha capacidade de ir longe e sonhar com todas as possibilidades.

À minha tia Cleusa, que nunca me deixou esquecer que eu era capaz, e que sempre expressou seu orgulho pelas minhas conquistas. Nós compartilhamos muito mais do que dicas e receitas, dividimos sonhos e aspirações, e seu afeto foi fundamental para que eu tivesse força para seguir em frente.

Por fim, agradeço a todos os que vieram antes de mim, que abriram as portas para que eu alcançasse este lugar. O passado é mais que mera questão de tempo, e hoje, percebo que se os caminhos foram abertos para que eu pudesse passar, é porque muitas e muitos batalharam, porque nossas raízes são o que nos mantém firmes e nos permitem crescer e evoluir.

Resumo: Esta monografia tem como objetivo analisar os ideais de reforma agrária a partir do periódico *Regeneración*, publicado pela Junta Organizadora do Partido Liberal Mexicano, entre os anos de 1910 e 1918, inserido no contexto no da Revolução Mexicana. Para tanto, foram utilizados como fontes os artigos publicados pelo periódico, e compilados em livro e os planos e decretos publicados ao longo desse período, analisados de forma crítica, à luz da historiografia produzida acerca do tema. O que se evidenciou a partir do estudo do corpo documental é que ao longo dos anos, o boletim foi se radicalizando, à medida que lideranças políticas emergiam e não se efetivava a reforma agrária, mesmo com a promulgação da Constituição de 1917, que previa a redistribuição das terras. Apesar da intensa atuação, nos últimos anos em que circulou, o periódico voltou sua atenção para o plano internacional, visando a construção da luta pelos trabalhadores de maneira global, antes de encerrar suas atividades devido à perseguição política.

Palavras-chave: *Regeneración*; magonismo; Revolução Mexicana;

Resumen: Esta monografía tiene como objetivo analizar los ideales de reforma agraria a partir del periódico *Regeneración*, publicado por la Junta Organizadora del Partido Liberal Mexicano, entre los años 1910 y 1918, inserto en el contexto de la Revolución Mexicana. Para ello, se utilizaron como fuentes artículos publicados por el periódico, recopilados en un libro, y se analizaron críticamente los planos y decretos publicados a lo largo de este período a la luz de la historiografía producida sobre el tema. Lo que resultó evidente del estudio del conjunto de documentos es que con el paso de los años, el boletín se radicalizó, a medida que surgieron líderes políticos y la reforma agraria no se implementó, ni siquiera con la promulgación de la Constitución de 1917, que preveía la redistribución de tierras. A pesar de su intensa actividad, en los últimos años de circulación, el periódico dirigió su atención al nivel internacional, con el objetivo de construir la lucha de los trabajadores a nivel global, antes de poner fin a sus actividades debido a la persecución política.

Palabras clave: Regeneración; magonismo; Revolución Mexicana

SUMÁRIO

Mapa dos estados do México.....	8
Introdução.....	9
1. Reforma agrária: <i>Plan de San Luis Potosí</i> e <i>Plan de Ayala</i>	14
1.1 Pontapé revolucionário.....	14
1.2 A via de Madero e de Zapata.....	17
1.3 As interpretações dos planos maderista e zapatista no periódico <i>Regeneración</i>	21
2. A reforma agrária no contexto da Constituição Mexicana de 1917.....	25
2.1 O caminho até 1917.....	25
2.2 A via constitucional.....	30
2.3 Reforma agrária no Artigo nº 27.....	32
3. Reforma agrária no periódico <i>Regeneración</i>	36
3.1 <i>Regeneración</i> : surge um periódico.....	36
3.2 O <i>Regeneración</i> como veículo magonista.....	38
3.3 Da radicalização à derrocada.....	41
Considerações finais.....	47
Fontes Primárias e Secundárias.....	50
Bibliografía.....	51
Declaração de Autenticidade.....	53

MAPAS



MAPA 1 - PRINCIPAIS ESTADOS INSURGENTES DO MÉXICO A PARTIR DE 1910

Legenda:

Estados insurgentes	
Demais estados do México	

SIRGAS 2000
EPSG 4674
Elaboração: Pedro Mendonça - Geografia/UnB

INTRODUÇÃO

A Revolução Mexicana foi um acontecimento de enormes proporções, que se iniciou em 1910, e se estendeu por, no mínimo, 7 anos, quando foi promulgada a Carta Constitucional que vigora até hoje no país. Desde seu início, chamou atenção de intelectuais da época, pelo caráter caudilhesco dos primeiros anos, e posteriormente, pela dimensão social incorporada pela Constituição de 1917.

Mas a Revolução comportou em seu bojo diversas contradições presentes na sociedade mexicana, que vinham sendo gestadas desde o século anterior, mas que só tiveram vazão a partir de 1910. Entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, o país foi governado pela ditadura de Porfirio Díaz, que esteve no poder de 1876 a 1911, com um pequeno interregno, entre 1880 e 1884, no qual exerceu grande influência sobre o então presidente, Manuel González. Esse período, conhecido como porfiriato, foi muito importante, porque foi a partir dele que o país se inseriu, de fato, na economia capitalista, com a entrada de indústrias e capitais internacionais e o surgimento de uma classe operária¹.

Durante sua ditadura, que se estendeu por mais de trinta anos, houve a aproximação entre o governo e setores da classe média das cidades, os chamados “científicos”, representados por profissionais liberais que frequentaram a universidade e se beneficiaram com a industrialização que começava a ganhar força em algumas regiões do país². Para esse setor, o desenvolvimento, e com ele o progresso da nação, só seria possível através introdução de capitais estrangeiros, proporcionado por uma administração centralizadora e que governasse o país de forma autoritária, vide a figura de Díaz³. Respaldados por esse apoio, diversas empresas do ramo da agricultura e mineração adentraram o país, concentrando-se em áreas específicas, gerando polos de

1 BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A revolução mexicana*. Editora Unesp, 2022. P. 33. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8015898/mod_resource/content/1/edoc.site_coleao-revoluoes-do-seculo-xx-a-revoluao-mexicana-%20%282%29%20%281%29.pdf >. Acesso em: 26/11/2023.

2 Ibid. P. 38

3 MIRES, Fernando. Mexico: um carrusel de rebeliones. In: *La Rebelión Permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. México, Siglo XXI Editores, 1988. P. 162.

intensa atividade fabril e agroexportadora, que conheceram as ferrovias como meio de transporte de escoamento massivo de seus produtos⁴.

No entanto, apesar da importância do setor industrial, tanto no plano econômico, quanto no social, como veremos a seguir, foi no meio rural que as mudanças mais drásticas ocorreram e que acabaram por nortear esta pesquisa. Durante o governo Díaz ocorreu intensa expropriação das terras agricultáveis, e estima-se que ao fim de sua administração, aproximadamente 90 por cento do campesinato não possuía um pedaço de terra⁵. Além das expropriações, que foram baseadas numa certa interpretação jurídica de leis do governo anterior, de Benito Juárez, houve também a especulação, em grande medida, proporcionada pela chegada das ferrovias ao país. Com esses processos em curso, as comunidades tradicionais camponesas, os *ejidos*, acabaram por perder espaço e foram incorporadas aos grandes latifúndios, gerando o desapossamento de milhares de camponeses⁶.

Nas diversas fábricas localizadas na fronteira setentrional, o contato entre trabalhadores mexicanos e norte-americanos proporcionou a penetração de ideias sociais, que foram fundamentais tanto para a queda de Díaz, porque relacionadas à diversas greves, entre os anos de 1906 e 1908, mas também porque nesse meio houve o florescimento das ideologias anarquistas e sindicalistas, ainda que assim não se intitulassem naquele momento. Teve intensa atuação o Partido Liberal Mexicano, cujas críticas se dirigiam à corrupção generalizada que se instalara nas instituições governamentais⁷. Foi a partir do PLM, e das figuras dos irmãos Flores Magón, que houve a disseminação da corrente que viria a se radicalizar cada vez mais; sua arma de combate foi o periódico *Regeneración*, fonte principal desse estudo.

O início do fim da ditadura porfiriana se deu no pleito de 1910, em que concorriam Porfirio Díaz e um até então desconhecido fazendeiro do norte, chamado Francisco Madero. Após mais uma fraude eleitoral, que reconhecia o primeiro como presidente reeleito, Madero lançou, a partir de seu exílio em San Antonio, o

4 Ibid. P. 162-163.

5 KATZ, Friedrich. O México: A República restaurada e o Porfiriato, 1867-1910. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930, volume V*. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. P. 70

6 Ibid. P. 71-72.

7 ASSIS, Mauro FC. IMPRENSA RADICAL: A TRAJETÓRIA DO PERIÓDICO REGENERACIÓN (1910-1918). *Ars Historica*, v. 9, 2014. P. 126.

chamamento à população para pegar em armas contra o governo Díaz, através de seu *Plan de San Luis Potosi*.

Outra figura que ganharia destaque a partir da conclamação de Madero, seria Emiliano Zapata, que mobilizou milhares de homens a partir do estado de Morelos, no centro-sul, buscando a redistribuição de terras aos que dela precisavam. A intensa atividade do *Ejército de Libertación del Sul* demandaria, através da luta armada, a devolução das terras das quais os camponeses foram despossados.

Tendo em vista a emergência de líderes caudilhos, a demanda por terras e ideais anarco-sindicalistas elencados pelos Magón que se insere este trabalho, que objetiva, principalmente, investigar os ideais de reforma agrária, a partir do periódico *Regeneración*. O período selecionado para a análise compreende os anos de 1910 a 1918, já que é a partir da ascensão de Madero que o boletim adota uma postura cada vez mais radical, em direção à luta dos trabalhadores do campo e da cidade.

A escolha da temática se justifica pela necessidade observada de se pensar o lugar ocupado pela questão agrária no contexto mexicano, no início do século XX, através da circulação de um periódico visto como radical. Busca-se também complementar as análises acerca da importância do pensamento magonista para o campesinato, que comportava significativa parcela da população mexicana àquela época.

No primeiro capítulo, buscamos compreender as propostas de reforma agrária contidas no *Plan de San Luis Postosi*, de Madero, e no *Plan de Ayala*, da junta zapatista, que repercutiram entre os anos de 1910 a 1913, ano em que Francisco Madero, primeiro caudilho da revolução, é assassinado. A política de conciliação com a antiga elite do porfiriato, empregada por Madero, se tornaria um entrave à efetivação da redistribuição de terras, o que motiva a radicalização dos exércitos zapatistas a partir do estado de Morelos, e expressada através do plano publicado em 25 de novembro de 1911.

Em seguida, será analisado de que maneira foram incorporadas à Constituição de 1917, as demandas pela redistribuição de terras, especialmente através do Artigo nº 27 desta Constituição. Ademais da Carta Constitucional, outros documentos normativos

foram analisados, a fim de auxiliar na compreensão do processo histórico que envolve a forma jurídica em que se expressaram hegemonias durante a revolução. É possível então, perceber que, conforme ganha força o movimento constitucionalista, encabeçado por Venustiano Carranza, ocorre uma apropriação de partes do conteúdo do plano zapatista, visando a desmobilização, dos exércitos que ainda estavam mobilizados, principalmente nas províncias do centro-sul.

Por fim, o terceiro capítulo busca compreender como a reforma agrária esteve expressa no periódico *Regeneración* ao longo de sua trajetória, especialmente entre os anos de 1910 e 1918, quando os irmãos Enrique e Ricardo Magón são presos e o jornal chega a seu fim. Compreender a evolução do periódico, é compreender a evolução do próprio movimento magonista, que influenciou operários fabris e camponeses. Nesse sentido, cabe ressaltar a importância da simpatia entre magonismo e zapatismo, que estabeleceram relações que moldariam o teor das publicações no jornal e da própria organização da frente zapatista.

Esta pesquisa está baseada na análise de diversas fontes históricas, sendo a principal delas, a compilação de artigos publicados no *Regeneración*, feita por Armando Bartra. Os documentos, em sua maioria, encontrados de forma *on-line*, foram examinados à luz da revisão historiográfica produzida, tanto no Brasil, como no México. Também os principais normativos publicados entre os anos de 1910 e 1917, como os planos de San Luis Potosi e Ayala, bem como decretos e a própria Constituição mexicana foram consultados de forma virtual e física, quando possível⁸.

Foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, o trabalho de Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, que traça um panorama geral mexicano a partir do ano de 1910, buscando conciliar as diversas frentes políticas que emergiram ao longo do processo histórico, estendendo sua análise da revolução em fases que se desdobram na média duração; Friedrich Katz, que aborda os anos da República Restaurada Mexicana e o porfiriato, estendendo suas análises entre os anos de 1867 e 1910; e também John Womack, que analisa sistematicamente o período revolucionário entre os

⁸ No trabalho de Ester Gammardella Rizzi estão compilados diversos documentos de natureza jurídica, que foram corroborados com a documentação disponibilizada na *internet*. No que tange aos artigos do periódico *Regeneración*, foram consultados de forma integral no livro de Armando Bartra, que reuniu as publicações entre os anos de 1900 e 1918.

anos de 1910 e 1920, período marcado pela guerra civil e fortalecimentos das diversas correntes que marcaram o processo revolucionário.

1. Reforma agrária: *Plan de San Luis Potosí e Plan de Ayala*

1.1 Pontapé revolucionário

Vinte de novembro de 1910, às dezoito horas: essas foram a data e horário estipulados por Francisco Madero para que o todo o povo pegasse em armas e pusesse em prática o que era previsto no *Plan de San Luís Potosí*. Após mais uma vitória fraudulenta de Porfírio Díaz para presidente, a única via encontrada pelo nortenho foi a insurreição.

A ebulição no México vinha sendo acalentada por anos, devido à política porfiriana. Como bem ressaltam Camín e Meyer, não foi a decadência econômica que impulsionou a rebelião, mas sim, o desenvolvimento desordenado gestado ao longo dos trinta anos em que Díaz esteve frente à presidência⁹. A abertura ao capital estrangeiro, em especial o norte-americano, a crise econômica que desvalorizava os salários, somados à pauta da não reeleição fomentaram o processo, mas a concentração fundiária colocou a reforma agrária no centro das disputas políticas e inseriu no cenário a participação de atores inéditos: camponeses pobres e indígenas.

Os embates acerca da posse de terras começaram muito antes, se for considerado todo o processo colonizador. No entanto, para esse estudo, será mais relevante abordar o processo de alienação das propriedades a partir de leis que permitiam sua transferência àqueles que não fossem os proprietários originais, como a *Ley Lerdo*, de 1856 conhecida como desamortização dos bens de “*manos muertas*”, porque não podiam ser comercializados como propriedades produtivas¹⁰, e com isso se pretendia disponibilizá-las ao mercado, e que posteriormente fora incorporada à Constituição de 1857. Com a expansão da malha ferroviária durante o porfiriato, o preço dessas terras aumentou, dificultando ainda mais sua aquisição pelas camadas mais pobres; para além disso, a partir da Lei de Terras Devolutas e Ociosas, de 1895, tornou-se mais fácil se apropriar de terras improdutivas¹¹.

9 CAMÍN, Héctor Aguilar. MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução Mexicana*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000. P. 15

10 RIZZI, Ester Gammardella. *Revolução Mexicana: o direito em tempos de transformação social*. 1ª ed. São Paul: Outras Expressões, 2023. P. 251

11 CAMÍN & MEYER, op. cit., p. 16

Se por um lado a agricultura se modernizou e inseriu o país na economia internacional, os efeitos das legislações sobre terras produziram uma massa de trabalhadores desapropriados nas regiões centro-sul, se submetendo ao trabalho em propriedades de *hacendados* e em condições miseráveis de vida. Já no Norte, a população que havia por décadas defendido o território do ataque de indígenas nas proximidades das fronteiras, se viu confrontada com a especulação advinda da mineração e os investimentos na agricultura, promovidos pelo do capital estrangeiro. A tradicional autonomia e identidade fortemente nacionalista comum àquela região, teve que lidar com a nova realidade imposta pela ascensão de uma elite oligárquica que minava sua relativa independência e tornava quase impossível a compra de terras¹².

Apesar de que o regime de Díaz conferiu a estabilidade necessária ao desenvolvimento econômico do país, a inserção do capital estrangeiro e o viés personalista da política porfirista abalaram as tradicionais estruturas de poderes locais, levando ao desmonte das economias que giravam em torno de importantes famílias que ascenderam socialmente durante o século XIX. Os antigos *caciques* beneficiados pelo antecessor de Díaz, Benito Juárez, haviam perdido espaço na vida política, mas na virada do século, a onda de renovação veio através dos filhos dessas elites. Francisco Ignacio Madero é fruto do descontentamento de uma classe que foi forçada a competir com o capital estadunidense e europeu, na região norte do México, em especial no estado de Coahuila¹³.

No entanto, a quilômetros de distância dos estados do norte, na cidade de Anencuilco, em Morelos, outro importante nome se sobressairia, chamando o povo à luta. Emiliano Zapata, que viria a ser o *comandante en jefe del Ejército Libertador del Sur*, era também um fruto do alijamento das populações indígenas ao direito à propriedade de terras. Era fruto da desapropriação sofrida por quem vivia naquelas terras desde muito antes da invasão espanhola. Em determinado momento, seria o representante máximo de uma grande parcela da população constituída de camponeses, cujos anseios se representavam nos dizeres “Pan y libertad, tierra y justicia”¹⁴.

12 CAMÍN & MEYER, 2000, p. 18

13KATZ, op. cit., p. 94-95

14 GAMA, Antonio Díaz Soto y. La Revolución Agrária. In: BARTRA, Armando. *Regeneración 1900-1918: La corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a través de su periódico de combate*. México, DF: Era. P. 424.

Zapata nasceu no estado de Morelos, no pequeno vilarejo de Anencuilco, oriundo de uma família mestiça e com relativa prosperidade econômica, possuindo terras e alguns animais de carga e transporte. Aos trinta anos, em 1909, foi eleito representante do povoado, na tentativa de reaver as terras tomadas pela *Hacienda del Hospital*¹⁵. A desapropriação de terras comunais teria seu apogeu durante o governo Díaz, e somada a ela, a especulação imobiliária, a partir da expansão das ferrovias, sendo dois fatores que contribuiriam para a manutenção da falta de acesso à terra¹⁶.

Tanto no norte como no sul, crescia o sentimento de revolta contra o governo central, que dirigia o país em benefício do capital privado, apartando tanto as elites locais como os camponeses que dependiam do trabalho na terra, das decisões políticas. Levando em conta a emergência de líderes populares, aqui expressos nas figuras de Francisco Ignacio Madero e Emiliano Zapata, busca-se compreender como a reforma agrária estava expressa no *Plan de San Luís Potosí* e no *Plan de Ayala*, assinados respectivamente pelos dois insurgentes.

O primeiro deles, levado a conhecimento em 6 outubro de 1910, fora escrito por Madero, durante sua fuga para San Antônio, no Texas. Declarando-se presidente provisório, após acusações de fraude na eleição de Díaz, “[...]convocou o povo a revoltar-se em 20 de novembro de 1910”¹⁷. O novo líder não empossado fazia a promessa de que iria “[...]devolver a seus verdadeiros donos as terras das comunidades aldeãs que tivessem sido confiscadas injustamente.”¹⁸. A partir de fevereiro de 1911, eclodiriam dezenas de levantes nos estados de Sonora, Coahuila, Chihuahua e Morelos. Era 21 de maio quando foi assinado o tratado que estabelecia a criação de um governo provisório, e a posterior renúncia da chapa Díaz-Corral. A eleição de Madero ocorreria em 15 de outubro daquele mesmo ano, no que se acreditava ser o fim da revolta e cumprimento das intenções do levante¹⁹.

15 KATZ, op. Cit. P. 73

16 CAMÍN & MEYER, op. Cit., p.15-16

17 KATZ, 2008, p. 102

18 Ibid., p. 102

19 WOMACK, John. A Revolução Mexicana: 1910-1920. In BETHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*, volume V. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. P. 114

1.2 A via de Madero e de Zapata

O *Plan de San Luis Potosi* conclamava o povo a pegar em armas em vinte de novembro de 1910, como citado anteriormente, já que o fim do mandato de Díaz e início do mandato próximo - presidido por ele mesmo a partir da fraude – o cenário de guerra civil já estava instaurado²⁰. Ainda que se trate de um manifesto que essencialmente pautasse não-reeleição, é possível perceber ao longo do documento aspectos comuns a seu estrato social. Madero vinha de família rica, proprietária de bens em Coahuila, e buscava, sobretudo, manter o *status quo* vivido no passado anterior à entrada de capitais estrangeiros. Segundo Rampinelli “A revolução maderista foi um movimento reformista que tentava preservar e reforçar o sistema de “livre empresa”²¹, ou seja, a causa maderista era muito mais em prol do reestabelecimento e conservação das oligarquias locais, que pela revolução em si, compreendida no sentido de mudança de ordem social. Quando apresentada, a questão da reforma agrária é um impedimento das elites à posse das propriedades privadas, ideais que são diametralmente opostos.

Após a realização dos tratados de Ciudad Juárez, que efetivava a renúncia de Porfírio Díaz, a expectativa era de que se cumpriram os artigos previstos no plano maderista. No documento é feita uma contextualização sobre a ilegalidade do poder de Díaz, e o anseio popular pelo fim da tirania e início de um novo governo, centrado na figura de Francisco Madero. Referindo a si próprio, o líder escreve que fora designado representante “[...] pela virilidade do patriota determinado a se sacrificar, se preciso, para conquistar a liberdade e ajudar o povo a se livrar da odiosa tirania que o oprime”²². No entanto, pouca ênfase foi dada ao anseio popular por uma redistribuição mais justa das terras; uma vez no poder, Madero tratou de manter estruturas do velho governo, e não de modificar a operação da República²³.

O documento é sobretudo político: em seus onze artigos e na sessão “transitória” (que determina os dispositivos legais em casos de substituição de um regime normativo a outro), fica demonstrado o aspecto de renovação política, mas não necessariamente a

20 MADERO, Francisco Ignacio. *Plan de San Luis Potosi*. San Luis Potosi, 1910, p. 4. (Tradução nossa).

21 RAMPINELLI, Waldir José. A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 126, p. 90-107, 8 set. 2011. P. 97. Disponível em < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14401/8147>>. Acessado em 01 out. 2023.

22 MADERO, 1910, p. 3

23 CAMÍN & MEYER, 2000, p. 38.

proposição de novas organizações políticas, sociais e de trabalho. O artigo 3º elucida bem o lugar ocupado pela questão das terras no plano maderista. No primeiro parágrafo fica estabelecida a manutenção das leis vigentes, com exceção daquelas que entrassem em conflito com o que está proposto pelo documento, e findado o processo revolucionário, se investigariam as responsabilidades sobre a gestão de contas e fundos de funcionários da administração porfirista. Um parágrafo declara abertamente a preservação dos compromissos contraídos na gestão Díaz com governos ou companhias privadas, assinalando o interesse em preservar fazendas, minas e propriedades que ajudaram a desenvolver o país economicamente²⁴.

Adiante lê-se o trecho de relevância para a causa agrária.

Abusando da lei de terrenos desocupados, numerosos pequenos proprietários rurais, em sua maioria indígenas, foram despojados de suas terras [...] Sendo apenas para devolver aos velhos proprietários as terras que haviam sido despojadas tão arbitrariamente, tais disposições e decretos são declarados sujeitos a revisão, e será exigido daqueles que os adquiriram através de meios tão imorais, ou de seus herdeiros, que os devolvam aos proprietários originais, que também receberão uma indenização pelos prejuízos incorridos.²⁵

O texto bastante avançado para a época propunha não só a revisão da lei que desamortizava as terras, como também o pagamento de uma indenização aos possuidores originais. Apesar do significativo avanço, as reformas foram sufocadas em seu primeiro suspiro. O processo de desmobilização dos combatentes e a ascensão de Francisco Madero oficialmente como presidente nas eleições de outubro de 1911 colocou em xeque suas promessas aos mais pobres.

No sul, as tropas mobilizadas por Zapata condicionaram o armistício à entrega dos títulos de posse plena sobre as terras²⁶. Se descortinava um novo capítulo na história mexicana, que contaria com a mobilização camponesa de forma organizada no sul, em especial no estado de Morelos. A repressão ao levante camponês empreendida pelo exército, legitimada pelo novo governo recém instituído, seria mais uma comprovação de que a política adotada por Madero se abria a liberdades comuns às democracias modernas, mas permanecia cerrada quando se tratava de promover reformas sociais e reverter anos de benefícios concedidos às tradicionais oligarquias²⁷. Foi inevitável a

24 MADERO, op. cit., p. 5

25 CAMÍN & MEYER, op. cit., p. 38

26 *Ibid* p. 41.

27 *Ibid*. p. 43.

dissidência por vários lados que enxergavam agora no líder nortista somente uma face nova de uma velha política.

Não demoraria a vir a resposta certa expressada no *Plan de Ayala*, assinado por Emiliano Zapata e suas tropas, em 25 de novembro de 1911. O documento é uma cobrança direta a Francisco Madero, por não realizar o que propusera ao declarar o *Plan de San Luis Potosí*, em seu artigo 3º, a restituição da posse das antigas terras comunais. O tom inflamado acusa Madero de trair os princípios por ele defendidos, causar “derramamentos de sangue e multiplicar as desgraças da Pátria de uma maneira solapada”²⁸ e “[...] agradar os latifundiários, científicos e caciques que nos escravizam”²⁹.

No artigo 4º do *Plan de Ayala*, fica determinado o endossamento ao *Plan de San Luis Potosí*, acrescentando o benefício aos *pueblos* oprimidos, na revisão das possessões de terras. No entanto, é no 6º artigo que se faz um acréscimo vital na busca pela justa redistribuição de bens imóveis

Como parte adicional do Plano (de San Luis Potosi) que invocamos fazemos constar: que os terrenos, montes e águas que tenham usurpado os *hacendados*, científicos ou caciques à sombra da tirania e da justiça venal entrarão em posse desses bens imóveis, desde já, os *pueblos* ou cidadãos que tenham os títulos correspondentes dessas propriedades, das quais tenham sido despojados, por má fé de nossos opressores, mantendo convictamente, com armas nas mãos, a referida posse e os usurpadores que se criam com direito a eles, o deduzirão perante os tribunais especiais que se estabeleçam ao triunfo da Revolução.³⁰

A seção do Plano evidencia o descontentamento dos *pueblos* com o novo modo de vida e produção introduzidos pelo capital e pela especulação, e aprofundadas no regime Díaz. A manutenção desse sistema durante o governo maderista foi o estopim para o levante zapatista, partindo para o uso da força contra as instituições juridicamente ordenadas³¹.

O conteúdo do texto vai adquirindo forma mais radical, estabelecendo, no artigo 7º, que a partir do histórico de espoliação de propriedades, que relegou os cidadãos à miséria, sem proporcionar alternativa de trabalho, “serão expropriadas, mediante

28 ZAPATA, Emiliano y JUNTA REVOLUCIONÁRIA. *Plan de Ayala*. Ayala, 1911. P. 1. (Tradução nossa)

29 CAMÍN & MEYER, op. cit., p. 43.

30 ZAPATA, op. cit., p. 2 (Tradução nossa)

31 SÓRIA, Liz Nátali. *A economia zapatista: retratos de uma insurreição autônoma*. Dissertação de mestrado. Orientador Lincoln Secco – USP. São Paulo, 2019. P. 29. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09092019-143138/en.php>>. Acessado em: 12/10/2023

indenização da terceira parte desses monopólios aos poderosos donos das mesmas, para que os *pueblos* e cidadãos do México, obtenham *ejidos*, colônias, fundos legais para os pobres [...]³². As exigências feitas pelo *Ejército Libertador del Sur* dificilmente seriam integralmente aceitas, devido à resistência de Madero em mudar radicalmente sua plataforma de governo³³.

Para Sória, a rudeza das camadas mais baixas seria incapaz de propor ações que fossem desenvolver a nação, e que por isso, deveriam deixar-se levar por um governante que possuísse determinada visão de futuro³⁴. Dessa forma, é possível perceber que o *Plan de San Luis Potosi* contrasta inevitavelmente com o *Plan de Ayala*, porque o primeiro representa essencialmente os interesses da elite, enquanto o segundo, visa à implosão do sistema de *haciendas e tiendas de raya*, pequenos armazéns que cobravam infinitas dívidas e amarrando o indígena à determinada fazenda. O conflito entre os interesses das duas classes acaba por levar o zapatismo a estender sua atuação até a Cidade do México. Até o final da década, as tropas federais buscariam combater o “amorfo socialismo agrário que para as mentes rudes dos camponeses de Morelos só pode adotar a forma de um sinistro vandalismo”³⁵, como reiterava Madero.

Ainda no *Plan de Ayala*, o artigo 8º fala abertamente sobre a nacionalização de bens daqueles chefes, fazendeiros e caciques que se oponham ao Plano³⁶. O trecho é importante porque será mais tarde incorporado a Carta Constitucional, promulgada em 1917, e tema do próximo capítulo desse trabalho. O radicalismo adotado pelo campesinato mexicano se refletiria, então, no vanguardismo da Constituição desse país, no que se refere aos bens imóveis de usufruto coletivo.

Esse radicalismo não surgira do nada, ele bebeu de uma fonte considerada a ala mais radical da Revolução Mexicana, representada por figuras ligadas ao anarquismo. Os irmãos Flores Magón, alguns anos antes do estopim insurrecional, deram a base para boa parte das visões adotadas por singulares líderes, como Emiliano Zapata, usando para isso sua ferramenta maior de disseminação: o periódico *Regeneración*³⁷

32 ZAPATA, op. cit., p. 2. (Tradução nossa).

33 SÓRIA, op. cit., p. 33.

34 Ibid. p. 33

35 MADERO, Francisco Ignacio. *apud* CAMÍN & MEYER, op. cit, p. 42.

36 ZAPATA, op. cit, p. 3 (Tradução nossa)

37 SÓRIA, op.cit., p.26

1.3 As interpretações dos planos maderista e zapatista no periódico *Regeneración*

A história do periódico *Regeneración* e do magonismo se fundem e se confundem no cerne do movimento liberal mexicano. Em termos de partido político, o “*Manifiesto de la Nación*” é a certidão de nascimento do que viria a ser “*La corriente más radical de la revolución mexicana*”, nas palavras de Armando Bartra³⁸. O *Partido Liberal Mexicano* foi o primeiro a se opor ao regime de Díaz em escala nacional e acabou por influenciar não somente indígenas e camponeses pobres, mas também com o proletariado industrial³⁹. Apesar de não atingir o objetivo de acionar um processo revolucionário em todo território nacional, parte significativa de suas diretrizes foram incorporadas a outros movimentos armados e grevistas⁴⁰.

Quando foi formalizada, a *Junta Organizadora del Partido Liberal Mexicano* se propunha a combater a ditadura porfiriana. Seu principal instrumento de atuação se materializou no periódico *Regeneración*⁴¹, publicado a partir de agosto de 1900, para criticar os problemas e desvios da política de Díaz. O informativo passou por algumas fases, mas é possível notar o crescente radicalismo, expresso em suas publicações, e apesar de circular de forma clandestina, chegou a vender mais de 25 mil exemplares em território mexicano⁴². A publicação do Manifesto, em 1906, marca a passagem de uma ideologia que antes objetivava o fim da ditadura, para a absoluta transformação social⁴³.

Uma das propostas defendidas no documento também preconizava “a ação direta do povo, o exercício do civismo, a intervenção de todos na coisa pública”⁴⁴. Não é à toa que o programa político difundido, sobretudo, pelos irmãos Enrique e Ricardo Flores Magón tenha alcançado as classes mais baixas, como na greve promovida por mineiros

38 Além da denominação estar contida no título da obra já citada, ao longo do prefácio e notas do autor, fica mais nítido o posicionamento defendido pelo autor em relação ao magonismo e o *Regeneración*.

39 O liberalismo defendido pelo grupo fazia menção aos liberais do século XIX, quando Benito Juárez assume o poder. Mas nos anos que precederam à Revolução Mexicana, o termo congregava uma rede de intelectuais de diversos setores, mas que pautavam principalmente pela não-reeleição, reunidos na cidade de *San Luis Potosí*. Ver ASSIS, Mauro Francisco da Costa. *Imprensa e magonismo: um estudo do periódico Regeneración (1900-1918)* [manuscrito] / Mauro Francisco da Costa Assis. – 2015. 205f. Orientador: João Paulo Coelho de Souza Rodrigues. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei. Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas. P. 84. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/download/45406/24440>>. Acessado em: 14/10/2023

40 KATZ, op. cit., p. 90-92

41 ASSIS, op cit. 98-99.,

42 KATZ, op. cit, p. 90.

43 BARTRA, op. cit., p. 24

44 Ibid., p. 25

em Cananea, em 1906, influenciada pelo magonismo e ideais associados ao anarco-sindicalismo⁴⁵.

Saltando alguns anos, no que se esperava ser o alvorecer da revolução: o 20 de novembro de 1910, Ricardo Flores Magón só havia publicado um chamamento, talvez aproveitando-se da oportunidade conferida pelo manifesto de Madero. “*La revolución*” é um vocativo à insurreição, pautada no ideal da liberdade, e não na reeleição. Para Ricardo Magón,

O bem-estar das famílias não poderá ser dado por nenhum governo. São vocês que têm que conquistar essa vantagem, tomando desde já posse da terra, que é a fonte primordial da riqueza, e a terra não poderá ser dada a vocês por nenhum governo. Entenda isso bem!⁴⁶

A “tomada” da terra é vista como legítima, no discurso magonista, e sem a qual não é possível ser livre, já que a autonomia não é possível se existe a dependência de um senhor⁴⁷. Tal concepção revolucionária sobre a reintegração da posse das terras seria apropriada no discurso zapatista, como pode ser notado no artigo 6º, citado logo acima.

Mais adiante, o revolucionário faz uma crítica direta à Madero, cuja proposta política, passada a “revolução”, submeteria a todos novamente ao “jugo patronal e ao jugo governamental”⁴⁸. Infere-se, então, que para o magonismo, as propostas expressas no *Plan de San Luis Potosi* não alterariam a velha ordem social, se trataria, pois, de uma substituição dos antigos políticos pelos novos, que visavam especialmente, a manutenção de seus próprios privilégios historicamente constituídos. Vinte e quatro horas antes do previsto para o eclodir revolucionário, Flores Magón convocava seus companheiros a se levantar, sob o lema “*¡Tierra y Libertad!*”. A crítica a Madero permanece ao longo do ano seguinte, sempre defendendo o ponto de que os interesses do político se chocam diretamente com os interesses das classes mais baixas, como é apresentado em trecho do fragmento “*Francisco I. Madero es um traidor a la causa de la libertad*”⁴⁹.

45 CAMÍN & MEYER, op. cit., p. 21.

46 MAGÓN, Ricardo Flores. *La Revolución*. in BARTRA, 1977, p. 257

47 Ibid. p. 258

48 Ibid. p. 258.

49 MAGÓN, Ricardo Flores. *Francisco I. Madero es um traidor a la causa de la libertad* [fragmento] in BARTRA, 1977, p. 275.

Desse modo, é possível traçar uma conexão entre a narrativa proposta principalmente por Ricardo Magón, e o discurso adotado pelo zapatismo, apresentado no *Plan de Ayala*, que preconizava essencialmente pela posse da terra como garantia da liberdade. Tal liberdade entraria em conflito com a proposta de Francisco Madero, que visava a manutenção das posses de terras das elites, preservando a Constituição de 1857, ainda que abordasse de forma vaga a reforma agrária.

“¡Tierra! ¡Tierra! ¡Tierra!”⁵⁰, proferiria o grito das massas por todo México, tendo em vista a despreocupação do governo maderista em atender a necessidade da expropriação fundiária em detrimento dos camponeses. Na publicação de 9 de setembro de 1911, Ricardo Magón explicita bem sua visão sobre o que enxergava ser a política de distribuição fundiária defendida por Madero: “uma miserável enganação de seus algozes”⁵¹. O plano seria a compra de vastas fazendas pelo Estado e a reaquisição através de parcelas pelos camponeses. A resposta dada pelo radical: “Tenhamos bem entendido que não trataremos de comprar terra, mas sim de tomá-la desconhecendo o direito de propriedade”⁵². Não é por menos que Madero tratou de perseguir a ala mais radical da revolução enquanto pôde, a abolição da propriedade privada era o detonador do modo de vida que sustentou e era sustentado por ele.

A força mobilizada pelo exército do sul, e representada pela figura de Emiliano Zapata seria uma espécie de concretização de diversos ideais pelos quais lutar, preconizados no periódico *Regeneración*. A cortesia quase afeita ao líder sulista não poderia passar despercebida. Revolucionário é o que se mantém honrado e sincero à causa; é o que toma propriedades para dar aos que dela necessitam; é o que garante que exista um solo para se descansar⁵³. Essa é a imagem do herói que conjugou os ideais do setor mais incendiário da revolução, unindo o discurso radical à prática guerrilheira.

A aliança entre o movimento zapatista e villista, encabeçado por Pancho Villa, do norte, seria fundamental para decidir os rumos da revolução entre os anos de 1914 e 1917. Camín e Meyer apontam que a ala mais radical do movimento de Villa se atraía pelos ideais agraristas de Zapata, mas o programa desagradava os conservadores

50 MAGÓN, Ricardo Flores. *El Gobierno y la Revolución Económica*, in BARTRA, 1977, p. 304

51 ibid. p. 304-305

52 ibid p. 304

53 MAGÓN, Ricardo Flores. *Zapata y Villa*, in . BARTRA p. 349

nortenhos, que ainda visavam a devolução de bens que haviam sido expropriados⁵⁴. Dessa união entre norte e sul resultariam as críticas tecidas no *Regeneración* sobre o banditismo e união com os fazendeiros promovidos por Pancho Villa.

Em 1913, Madero seria assassinado após sofrer um golpe por parte um general do exército que recebera apoio dos Estados Unidos. No início da tarde de dezoito de fevereiro daquele ano, o chefe do executivo seria preso pelos contingentes de Victoriano Huerta e no dia vinte e dois, assassinado dentro da prisão⁵⁵. O assassinato do caudilho do norte demonstraria que o tigre que fora libertado⁵⁶ em novembro de 1911 não poderia ser facilmente contido.

54 CAMÍN & MEYER, op. cit., p. 77

55 ibid. P. 54.

56 ibid. P. 37

2. A reforma agrária no contexto da Constituição Mexicana de 1917

2.1 O caminho até 1917

O dicionário da *Real Academia Española* define Constituição como a “Lei fundamental de um Estado, com nível superior ao resto das leis, que definem o regime dos direitos e liberdades dos cidadãos e delimita os poderes e instituições da organização política”⁵⁷. Desde a independência mexicana, o país tivera pelo menos três Cartas Constitucionais: a de 1814, 1824 e a de 1857, sendo que a última incorporava diversos preceitos liberais, como os dispostos pela Lei Lerdo, que previa, dentre outras coisas, a liquidação de bens móveis. A referida legislação possuía um caráter fortemente anticlerical, e preconizava que os imóveis em posse da Igreja fossem vendidos àqueles que os ocupassem, sob preços que eram atrativos a quem comprava⁵⁸.

Mas por mais que as propriedades comunais, os *ejidos*, fossem excluídos dessa venda de terras, por serem considerados essenciais para as comunidades, de acordo com a Lei, o que aconteceu foi a comercialização dessas propriedades após a entrada em vigor da Constituição de 1857, que não os mencionava⁵⁹. Como mencionado no primeiro capítulo, seria o processo de desamortização dos bens de mão morta, que tornaria individuais as terras antes coletivas e improdutivas, a partir do viés liberal⁶⁰, e que levaria tantos camponeses a se submeter à trabalhos nas *haciendas*, despossados de um terreno de onde retirar sua subsistência. Especialmente nos estados do centro-sul, o descontentamento de indígenas e camponeses culminaria com a insurgência a partir de Morelos.

É possível então, perceber que a questão agrária vinha sendo temática desde meados do século XIX, haja vista os dispositivos legais que as regulamentavam no âmbito institucional. Outro aspecto importante seria o sentimento anticlerical adotado pelas elites letradas, que se faria presente nas Constituições de 1857⁶¹ e, em contraste

57 REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: *Diccionario de la lengua española*, 23.ª ed., [versión 23.6 en línea]. <<https://dle.rae.es>> [08 de outubro de 2023].0

58 BAZANT, Jan. O México da Independência a 1867. In: Leslie Bethell (org.) *História da América Latina, volume III: da independência a 1870*. 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 448.

59Ibid. p. 448-449

60 RIZZI, Ester Gammardella. *Revolução Mexicana: o direito em tempos de transformação social*. 1ª ed. São Paul: Outras Expressões, 2023. P. 260-261

61 BAZANT, op. cit. p. 451.

com uma maioria da população que professava a fé católica. Tais características são fundamentais para compreender as contradições entre um México profundamente religioso e agrário, e um México ilustrado, laico e capitalista; o processo histórico mexicano evidencia rupturas com antigas estruturas, mas preserva continuidades fundamentais em seu seio.

Para que se possa compreender a Constituição dos Estados Unidos Mexicanos, de 1917, e de que forma o discurso sobre a reforma agrária se apresenta nela, é necessário retroceder alguns anos, quando Francisco Madero é assassinado e as revoluções se tornam um turbilhão dentro da revolução⁶².

Madero foi executado em 1913, numa penitenciária, logo após ser derrubado do governo por Victoriano Huerta. O general que havia combatido exércitos rebeldes durante o governo maderista, era agora o executor de um golpe de Estado, que contou com apoio estadunidense, com vistas à proteção das propriedades estrangeiras ameaçadas sob o frenesi maderista⁶³. A reação ao golpe se deu em vários estados, mas importa destacar o levante sonoreense de Álvaro Obegón, que cobriria a costa voltada para o Pacífico, a *División del Norte*, encabeçada pela figura mítica de Francisco “Pancho” Villa, em Chihuahua, Durangos e Zacatecas, a guerra de guerrilhas no centro-sul, sob comando de Emiliano Zapata e a formação de um exército constitucionalista comandados por Venustiano Carranza, a partir do estado de Coahuila⁶⁴.

Dentre todos os destacados caudilhos, Carranza era o único que gozava de legitimidade política, já que à época era governador do estado de Coahuila e fora o único dentre os governadores que não reconhecera como legítimo o governo Huerta⁶⁵. Através de seu *Plan de Guadalupe*⁶⁶, que acusava a alta cúpula da administração huertista de traição, anunciava a criação de um Exército Constitucionalista, e delegava a Carranza o título de Primeiro Chefe, responsável pela convocação de eleições⁶⁷. Neste momento, o antigo fazendeiro não mencionava quaisquer reformas sociais ou econômicas; a preocupação imediata era destituir do poder aquele que ameaçava não só

62 CAMÍN & MEYER, op. cit., p. 53

63 *Ibid* p. 53-54.

64 WOMACK, op. cit., p. 122-124.

65 CAMÍN & MEYER, op. cit., p. 57.

66 O documento data de 26 de março de 1914, e pode ser acessado através do link: <https://www.cultura.gob.mx/centenario-constitucion/?numero=298>.

67 WOMACK, op. cit., p. 123.

o modelo oligárquico tradicional, mas também, o predomínio do capital estadunidense no país, agora concorrente com britânico.

A partir daí viria a se fortalecer certas coalizões de forças que buscavam retirar do poder Victoriano Huerta. Nomeado Primeiro Chefe, Carranza buscou exercer uma política conciliatória no âmbito externo, sobre o impasse com os Estados Unidos, que passariam a apoiar os constitucionalistas⁶⁸. A derrocada da ditadura huertista e consolidação da mudança nos poderes se daria com a tomada da Cidade do México por tropas de Obregón, Se a instalação de Venustiano Carranza no Palácio Nacional, em 1914⁶⁹. Uma vez no poder, o político coahuilense buscaria combater as forças insurgentes

Se apresentava novamente a face da contradição entre dois México: Carranza representava o avanço das classes médias urbanas e rurais do norte, para quem os anseios de modernização excluía os modos tradicionais de organização social em torno da terra; diametralmente oposta a essa concepção de progresso histórico, estavam os interesses populares e camponeses, defendidos pelo *Ejército Libertador del Sur*, sob as ordens de Zapata. Além disso, para Carranza a redistribuição de terras deveria ter caráter oficial, ou seja, deveria partir do governo legalmente instituído a ação de conceder terras a quem precisasse⁷⁰.

No entanto, foi a mesma legalidade oficial que permitiu a abertura do abismo entre detentores e não detentores de terra. Ainda em 1914, estava em vigência a Constituição promulgada em 1857, a qual “[...] legalizou o roubo cometido pelo conquistador espanhol com dano ao indígena”⁷¹, segundo Ricardo Magón. De fato, a questão agrária não representava uma urgência para os exércitos ou até mesmo para os dirigentes constitucionalistas. Das três principais forças militares mobilizadas naquele momento, tanto a *División del Norte* quanto o Exército Constitucionalista postergavam a efetivação de uma política de redistribuição. É muito provável que isso se deva ao fato

68 CAMÍN & MEYER, op. cit. P. 65

69 WOMACK, op. cit., p. 132-135.

70 CAMÍN & MEYER, op. cit., p. 68

71 MAGÓN, Ricardo Flores. *Muera la Constitución*. In BARTRA, 1977, p. 323.

de que seus combatentes recebiam soldos regulares, devido ao controle exercido pelas duas facções sobre bens e propriedades⁷².

É neste momento que se percebe a singularidade do exército zapatista: as tropas do centro-sul não recebiam salários, ou seja, os batalhões não eram profissionalizados; tampouco pertenciam a essa ou àquela milícia, seus líderes emergiram das comunidades originárias e por seus direitos lutavam⁷³. Desde o início da insurreição, em 1910, as fileiras zapatistas mantinham-se firmes no projeto de uma revolução agrária, promovendo a reocupação de antigos latifúndios expropriados pelos camponeses⁷⁴. Com a possibilidade de uma guerra civil entre as dissidências, o posicionamento das tropas *villistas* se aproximava mais do zapatismo, sendo a ocupação da Cidade do México pelas duas forças, um marco na aliança entre Villa e Zapata⁷⁵ e um cerco ao governo carrancista.

No entanto, é interessante que a posição adotada pelo *Regeneración* é bastante elogiosa em relação ao zapatismo, e ferrenha em relação ao villismo. Ricardo Magón classificaria o caudilho do norte como um “bandido”⁷⁶, responsável pela morte de milhares de trabalhadores num combate em Zacatecas e alinhado aos interesses norte-americanos⁷⁷. Para o setor anarquista, tanto os convencionalistas quanto os *villistas* eram inimigos do projeto de reforma nacional que priorizasse os trabalhadores urbanos e rurais; nesse sentido, a ala mais conservadora dos bandos de Villa desejava retomar o controle sobre suas propriedades expropriadas⁷⁸, esbarrando assim, nos pressupostos defendidos no *Plan de Ayala*.

72 WOMACK, op. cit., p. 138-139.

73 Ibid., p. 139-140.

74 CAMÍN & MEYER, op. cit., p. 69.

75 WOMACK, op. cit., p. 141-142.

76 HOBBSAWM, Eric J. Bandidos. Tradução de Donaldson M. Garschagen. - 4. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2015. De acordo com o autor, são necessárias algumas condições econômicas, sociais e políticas para tornar possível o surgimento da figura do bandido, e consequentemente do banditismo social. Em muitos casos citados pelo autor, pode haver uma situação disruptiva que leva principalmente figuras masculinas ao banditismo, como a defesa da honra, caso que se aplica à Villa, após sua irmã ser vítima de violência sexual por parte de um fazendeiro. Somada a defesa da honra, está o fato de que, sobretudo no início de sua atuação como bandido, Pancho Villa costumava distribuir seus despojos de guerra, o que fortalecia sua imagem junto aos mais pobres, diminuindo as chances de ser denunciado pelas comunidades pelas quais passava, dando-lhe forma de como uma espécie de “distribuidor de justiça”.

77 MAGÓN, Ricardo Flores. *La agonía del Constitucionalismo*. In BARTRA, 1977, p. 332

78 CAMÍN & MEYER, op. Cit., p. 77-78.

Apesar de respaldados por sua plataforma social, tanto os movimentos encabeçados por Zapata, quanto por Villa, careciam de um projeto político que reconhecesse o México como uma totalidade⁷⁹. Mas para Carranza, a unidade política mexicana era o caminho que deveria tomar a revolução. Assim, ademais de 1915 ser um ano marcado pela guerra civil generalizada, é a partir desse momento que as reformas sociais ganham corpo na agenda política carrancista, visando ao apaziguamento das forças indomáveis que estavam em curso naquele ano⁸⁰.

A primeira medida adotada foi a “Lei Agrária de 6 de janeiro de 1915”⁸¹, que versava sobre o direito à propriedade dos camponeses e a respectiva devolução de suas terras. Numa outra frente, se aliou a grandes proprietários com a promessa de devolver suas possessões expropriadas pelos revolucionários⁸². Essa estratégia empregada por Carranza aplacava o anseio das hordas zapatistas e villistas por uma reforma agrária, ao mesmo tempo em que preservava o apoio dos antigos *terratenedores*. Isso porque, de acordo com Camín e Meyer, somente um número relativamente pequeno de camponeses recebera propriedades nos anos seguintes da gestão carrancista⁸³.

Na referida legislação das terras comunais é causa do mal-estar entre os povoados agrícolas do país, que delas retiravam sua fonte de subsistência. Também há o reconhecimento de que a situação causada pela falta de terras gerou miséria e levou os camponeses a um estado de escravidão⁸⁴, sendo obrigados a trabalhar em propriedades agora particulares. Entretanto, neste momento Carranza não tinha interesse em abolir o disposto na Constituição de 1857, mas sim, de rever de que forma fora aplicada a lei, possibilitando uma interpretação desfavorável às comunidades tradicionais⁸⁵. Na prática, isso significaria que as alienações feitas em conformidade com a lei estariam mantidas; outro ponto levantado por Rizzi é que o normativo previa o fim de sua aplicação ao fim do processo revolucionário⁸⁶, o que abre brecha para a interpretação de que findada a

79 Ibid. P. 79

80 WOMACK, op. Cit., p. 150.

81 CARRANZA, Venustiano. *Ley Agraria del 6 de enero de 1915. México, 1915.*

A referida lei pode ser acessada através do link: <http://historialatinoamericana.socials.uba.ar/wp-content/uploads/sites/85/2020/07/Ley-agraria-del-6-de-enero-de-1915.pdf>.

82 CAMÍN & MEYER, op cit. P. 81.

83 Ibid. P. 81

84 CARRANZA, op. Cit., p. 2-3

85 RIZZI, Ester Gammardella. *Revolução Mexicana: o direito em tempos de transformação social*. 1ª ed. São Paul: Outras Expressões, 2023. P. 284-285

86 Ibid. P. 289

revolução, se encerraria a necessidade do dispositivo, que serviria muito mais como ponto de apoio da política carrancista, frente aos desafios impostos pelas guerrilhas do sul e do norte.

Em janeiro do ano seguinte, se daria a criação, via decreto, da Comissão Agrária Nacional, prevista na lei de janeiro de 1915, com fins de “[...] superintender e circunscrever as decisões locais sobre as reclamações das aldeias”⁸⁷. Na prática, a comissão se encarregaria de supervisionar e delimitar o escopo das demandas das comunidades, sem o caráter de promover a distribuição dos terrenos pleiteados. Portanto, apesar da disposição legal sobre o tema agrarista, não havia sido efetivado um programa consistente que objetivasse sanar essa antiga demanda popular.

2.2 A via Constitucional

Com o apaziguamento dos exércitos camponeses e bandoleiros de Zapata e Villa, empurrados para seus estados de origem, a administração carrancista pode finalmente voltar sua atenção para dar início aos trâmites da elaboração da nova Carta Constitucional, em grande medida, devido à pressão popular. O primeiro passo foi a exigência de que empresas internacionais renunciassem aos recursos que exploravam em território mexicano; depois, convocou eleições no âmbito municipal, instituiu as eleições para a Assembleia Constituinte e criou o Banco Central, a partir da incorporação dos bancos existentes e suas reservas em metal⁸⁸. Mais uma vez, as divergências se fizeram presentes, em relação a definição dos projetos constitucionais.

Essas divergências também se expressariam numa nova reorganização das muitas tropas mobilizadas por todo país, apontando para um novo movimento descentralizador⁸⁹. Não somente o governo enxergava a alvorada de um novo conflito civil, mas também dos diferentes projetos para o novo México. O descontentamento geral com a não aplicação da lei de reforma agrária e com a crise social e econômica favoreceram o ressurgimento de *caciques* que conformariam poderes concorrentes ao

87 WOMACK, op. cit., p. 153

88 WOMACK, op. Cit., p. 159.

89 Ibid. P. 159.

poder central⁹⁰. Também a atuação de Villa na fronteira com os Estados Unidos contribuiu para que se aumentasse a desconfiança em torno do governo carrancista⁹¹.

A proposta de Carranza para a Constituição basicamente se limitava à ampliação dos poderes do Executivo, com a autoridade em lidar com as questões que emergiam, e que nos governos Juárez e Díaz, era tido como fraco e que por isso, teria impellido seus governantes à atos ditatoriais⁹². Em contrapartida, encontrava forte oposição nas alas reformistas dos deputados eleitos para a Assembleia: corporificados sob a designação de *Comisión de Constitución y Reformas*, os políticos que a integraram foram responsáveis pela redação de pautas com teor social no texto constitucional⁹³.

A Assembleia Constituinte executou suas atividades na cidade de Querétaro, entre 1º de dezembro de 1916 e 5 de fevereiro de 1917, data de sua promulgação, e contou com diversas comissões que discutiriam a proposição dos artigos⁹⁴. O texto que vigora até hoje é considerado um precursor da exposição dos direitos sociais nas Constituições: o artigo 3º previa a educação laica em todos os níveis; no 27º se previa a nacionalização das terras, recursos naturais e águas no território mexicano, assim como o direito de distribuição equitativa de riquezas visando ao bem comum; e o 123º preconizava a expedição de leis reguladoras das relações de trabalho⁹⁵.

Muito embora constem artigos de teor “progressista”, como os acima mencionados, a promulgação feita pelo chefe do executivo serviu muito mais como uma forma de legitimar não somente sua gestão, mas também o sistema que conferia soberania ao povo e ao Estado, haja vista o processo eleitoral que nomeou os representantes da Constituinte⁹⁶. Nesse sentido, é possível levantar a hipótese de que as reformas sociais previstas no documento, ao mesmo tempo que acalmaria os focos de insurgência, devido à materialização legal de suas históricas demandas (como a reforma

90 CAMÍN & MEYER, op. Cit., p. 87.

91 WOMACK, op. Cit., p. 155-156

92 CAMÍN & MEYER, op. cit., p. 85-86

93 RIZZI, op. Cit., p. 241.

94 Ibid. P. 239-240.

95 MÉXICO. *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos*. Cidade do México, 1917. A versão em PDF pode ser acessada através do link <http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/1917.pdf>. É possível também acessar o documento original, reproduzido por fac-símile em: <https://constitucion1917.gob.mx/work/models/Constitucion1917/Resource/246/1/images/const1917.pdf>

96 RIZZI, op. Cit., p. 237-238.

agrária), mas também colocando Carranza como o líder que conseguira triunfar sobre a revolução⁹⁷.

Dessa maneira, se faz necessário lançar uma mirada mais atenciosa ao artigo n° 27, que versa não somente sobre a nacionalização dos recursos naturais, mas também sobre a questão das terras e sua distribuição. A primeira versão do artigo, proposta por Carranza priorizava a propriedade privada em detrimento de seu uso social e coletivo, prevendo que somente as autoridades responsáveis poderiam executar o ato de expropriação mediante pagamento indenizatório⁹⁸. É factível acreditar que a elaboração do projeto levava em consideração a onda expropriadora que se instalara nos estados do sul, dominados pelos exércitos zapatistas, que promoviam a distribuição de terrenos para as aldeias sem o pagamento de indenização aos ex-proprietários. O artigo também propunha a posse individual, porém de teor anticlerical, na medida em que versava sobre a impossibilidade de corporações ou instituições religiosas adquirirem a posse como ente coletivo⁹⁹. Sobre esse ponto, é interessante notar que o texto final da Carta adotada em 1917 não abandona as premissas de desvinculação da religião ao Estado.

2.3 Reforma Agrária no Artigo n° 27

No texto aprovado, se mantém a perspectiva indenizatória aos antigos donos de terras, porém, a posse individual estaria submetida à função coletiva da terra, já que

A Nação terá sempre o direito de impor à propriedade privada as modalidades ditadas pelo interesse público, bem como de regular a utilização dos elementos naturais suscetíveis de apropriação, de fazer uma distribuição equitativa da riqueza pública e de zelar pela sua conservação.¹⁰⁰

Ou seja, a posse da nação sobre seus bens naturais é anterior à individualização; portanto, caberia a ela (a nação mexicana) moderar como se daria o seu repartimento em propriedades¹⁰¹.

O texto constitucional segue explicando que a divisão das terras poderia ocorrer

97 *Ibid.* P. 237.

98 CANO, Jorge J. Gómez de Silva. *El derecho agrario mexicano y la Constitución de 1917*. Secretaría de Gobernación, 2016. P. 101

99 *Ibid.* P. 101

100 Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, op. Cit. P. 8 (tradução nossa)

101 RIZZI, op. Cit. p.324-325.

[...] para o desenvolvimento de pequenas propriedades; pela criação de novos centros populacionais agrícolas com a terra e a água que lhes são essenciais; para a promoção da agricultura e para evitar a destruição dos elementos naturais e os danos que a propriedade possa sofrer em detrimento da sociedade. As cidades, conjuntos de ranchos e comunidades que careçam de terra e água, ou não as tenham em quantidade suficiente para as necessidades de sua população, terão direito a recebê-las, retirando-as das propriedades imediatas, respeitando sempre a pequena propriedade.¹⁰²

Nessa passagem é possível perceber a previsão de se criar povoados agrícolas e pequenas propriedades, com seus respectivos direitos a recursos essenciais à sobrevivência, como a água. O texto absorve partes do que estava previsto no artigo 7º do *Plan de Ayala*, deliberado pela *Junta Revolucionária del Ejército Libertador del Sur*, mas diferente do plano zapatista, na Constituição, ficaria a cargo do estado e de tratativas da administração pública a efetiva realização da reforma agrária¹⁰³; mas, se na Carta de 1917 fica expresso quem executaria a distribuição, esse ponto não fora estabelecido no Plano de 1911, o que pode apontar para uma visão em certa medida desagregadora, já que se expressa a luta de classes, representada, de um lado, pelos “*pueblos y ciudadanos mexicanos*” e do outro pelos “*hacendados, científicos o caciques*”¹⁰⁴

Assim, o que se pode constatar é que a efetividade da distribuição das terras comunais se daria, de fato, após a promulgação da Constituição, que abarcou demandas em consonância com o documento zapatista. A tabela abaixo expõe o aumento significativo da repartição de terras:

TABELA 1: Distribuição definitiva de terra a aldeias segundo o decreto de 19 de janeiro e o artigo 27 da Constituição de 1917, 1915-1920 ¹⁰⁵			
Ano	Aldeias	Chefes de Família	Hectares
1915	0	0	0
1916	1	182	1246
1917	8	2615	5635
1918	57	15071	68309
1919	60	1494	40276
1920	64	15566	64333
TOTAL	190	48382	179799

102 Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, op. Cit. P. 8 (tradução nossa)

103 RIZZI, op. Cit., p.334-335.

104 ZAPATA & JUNTA REVOLUCIONARIA, op. Cit., p. 2-3.

105 A tabela é uma reprodução do levantamento feito por EYLER N. SIMPSON *apud* WOMACK, op.cit., p. 154

Os dados demonstram que mesmo com a vigência da lei de 1915, é somente a partir da nova Constituição que se vê um aumento expressivo no número de comunidades restituídas de seus bens, mas longe de sanar a questão agrária. Esse fato é corroborado pela última parte do artigo, que determina que as extensões máximas das propriedades individuais e coletivas ficariam a critério de cada governo estadual¹⁰⁶. Na prática, a delimitação de terrenos individuais enfrentaria uma série de resoluções políticas para sua regulamentação¹⁰⁷.

No entanto, a composição da política carrancista se daria através de alianças com políticos da velha ordem conservadora, inclusive com os antigos *hacendados*, com vistas à reorganização da economia¹⁰⁸. Muitos latifúndios foram devolvidos aos antigos proprietários, e segundo Zapata em uma carta aberta

As haciendas estão sendo cedidas ou arrendadas aos generais favoritos; os antigos latifúndios, substituídos em muitos casos por latifúndios modernos [...] os povoados estão sendo burlados de suas esperanças¹⁰⁹

Dessa maneira, percebe-se que, mesmo com a entrada em vigor de uma nova Constituição, com a existência de dispositivos que, em tese, resguardavam o direito à posse de terras por pequenos agricultores e previam a reforma agrária, na prática o que ocorreu foi a ascensão de uma nova elite rural e a manutenção de antigas desigualdades¹¹⁰.

Mas o ano de 1917 foi internacionalmente conturbado, e com a eclosão da Revolução Russa em março, houve um ofuscamento dos acontecimentos mexicanos, tanto no plano internacional, quanto dentro do próprio país¹¹¹. O periódico *Regeneración* dedicou alguns artigos a exaltar as revoluções em curso naquele ano, mas relativamente à questão agrária mexicana, no artigo *La situación*¹¹² fica clara a denúncia de novos despojos cometidos pelos governadores de alinhamento carrancista, e que mantinham estreitas relações com os *hacendados* desses estados. A crítica magonista contida no documento se baseia na trajetória que iniciou em 1910, assim como em decorrência dos anos de exploração, e reforça a necessidade “[...] dos rebeldes de não

106 Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, op. Cit. P. 11

107 RIZZI, op. Cit., p. 334-335

108 CAMÍN & MEYER, op. Cit., p. 89.

109 ZAPATA *apud* CAMÍN & MEYER, op. Cit. P. 89

110 WOMACK, op. Cit. P, 166

111 BARTRA, op. Cit. P. 411

112 MAGÓN, Enrique Flores. *La situación in* BARTRA, op. Cit., p. 424

deporem as armas enquanto a terra e demais riquezas sociais sigam acumuladas nas mãos de poucos [...]”. O trecho reafirma o previsto no artigo 6º do *Plan de Ayala* que preconizava a manutenção do armamento em mãos para manter a posse das terras usurpadas de má fé¹¹³.

O descontentamento com a política levada a cabo por Carranza não passaria despercebido. Por um lado, as empresas estrangeiras temiam pelas companhias instaladas no país, já que houve um aumento na taxa de impostos e a possibilidade de serem expropriadas se as atividades econômicas seguissem paradas¹¹⁴. Por outro lado, o desgaste das relações com chefes militares, camponeses e operários minaria cada vez mais o governo do político coahuilense¹¹⁵.

O fim do governo de Carranza se deu, em grande medida, a todos esses desgastes no plano nacional e internacional. A ascensão de Álvaro Obregón, caudilho do estado de Sonora, iria de encontro à fase final da gestão carrancista. O chefe seria assassinado enquanto fugia da Cidade do México, em maio de 1920¹¹⁶. A partir daí, o processo político mexicano seguiria os rumos adotados pela nova elite rural, com a emergência de mais uma entre as tantas facções.

113 ZAPATA, op. Cit. P. 2

114 CAMÍN & MEYER, op. Cit., p. 91.

115 *Ibid.* P. 91

116 WOMACK, op. Cit. P. 186

3. Reforma agrária no periódico *Regeneración*

3.1 *Regeneración*: surge um periódico

É difícil descrever a trajetória e importância do periódico *Regeneración*, sem voltar ao período em que começou a ser gestado, no porfiriato. A morte da velha geração política, exprimida na figura de Porfírio Díaz, daria espaço a novos rostos, novos grupos sociais; um deles seria o dos magonistas, setor mais radical antes e depois de 1910.

Mas para compreender como um semanário passou de crítico ao sistema político a um periódico abertamente “revolucionário”, como se intitulava, é necessário retomar os primeiros anos de sua circulação, os principais nomes por trás de sua redação, assim como a guinada ideológica que foi capaz de mobilizar milhares de trabalhadores rurais e urbanos por quase vinte anos.

No início do século XX, a solidez do governo Díaz sentiu os primeiros impactos que culminariam no processo de insurreição a partir de 1910-1911. Segundo Katz, esse processo teria se iniciado dentro das camadas operárias, principalmente nos estados do norte do país, próximos à fronteira com os Estados Unidos¹¹⁷. Já para Fernando Mires, seriam as próprias contradições dentro da administração porfiriana, somadas à entrada de capital estrangeiro que abalariam as estruturas, a partir do surgimento de uma classe social que dependia das relações no plano internacional¹¹⁸. Assim, entre os anos de 1906 e 1908, uma série de greves e motins de trabalhadores agitariam a região, impulsionados por uma geração nova de proletários que tivera contato com os altos padrões de vida do outro lado da fronteira¹¹⁹, assim como garantias sociais e trabalhistas inexistentes no México; também a entrada de empresas e operários estrangeiros acalentou um sentimento nacionalista e que prezava por condições mais dignas de trabalho¹²⁰. A

117 KATZ, op. Cit., p. 89.

118 MIRES, op. cit., p. 221-222.

119 Katz aponta para o surgimento de uma nova geração de trabalhadores que não vinham do campo, tampouco fazia comparações entre os serviços desempenhados nas aldeias e meio rural. Outro fator teria sido o contato com os direitos que os norte-americanos gozavam de poder aderir aos sindicatos, mas que não despertou nos trabalhadores mexicanos, necessariamente, o sentimento de internacionalismo da classe operária. KATZ, op. Cit., p. 95.

120 Ibid. P. 89

confluência desses fatores seria campo fértil para a oposição ao governo e enraizamento de ideais de libertação dos trabalhadores.

Em Cananea, em maio de 1906, os três dias de greve dos trabalhadores da mineração de cobre terminaram com uma intervenção de tropas norte-americanas e o temor das companhias por um novo baque em suas atividades¹²¹; poucos meses depois, em janeiro de 1907, na cidade de Río Blanco, os trabalhadores da indústria têxtil se levantaram contra uma medida que feria essencialmente seus direitos políticos, o que levou o operariado a promover saques e confrontos com a polícia, a mando do governo¹²²; em Chihuahua, 1908, foi a vez dos mineiros de se insurgir, devido à alta nos preços de gêneros de primeira necessidade e a desvalorização de seus salários¹²³. É nesse cenário de reivindicações trabalhistas que ganha destaque a atuação do *Regeneración*, espécie de porta-voz do Partido Liberal Mexicano, o PLM, cuja trajetória iniciara no início do século, mas conforme se endurecia a repressão aos operários, aproximava-se dos ideais anarquistas e sindicalistas¹²⁴.

É possível dividir a trajetória do periódico em algumas fases, diretamente relacionadas à mudança no alinhamento político-ideológico de seus diretores. Nesse sentido, é interessante ressaltar que, ao longo de seu caminho, o *Regeneración* passa de um boletim de ideologia liberal a um instrumento de mobilização para a revolução proletária¹²⁵. Dessa maneira, é possível apontar, num primeiro momento, que a radicalização se dá em decorrência das tentativas do governo em sufocar os focos de insurgência¹²⁶, bem como o próprio processo histórico iniciado pela revolução. Quando iniciou suas atividades, em agosto de 1900, o periódico se ocupava com a crítica à corrupção sistêmica no governo Díaz, traduzida pelo lema “*Contra la mala administración de la justicia*”¹²⁷. Esse mote reflete que a corrupção instalada no poder

121 CAMÍN & MEYER, op. cit., p.21

122 Ibid. P.22.

123 KATZ, op. Cit., p. 89.

124 Ibid, p. 90.

125 DE AGUIRRE, Luis Ignacio Viana Ruiz. El periódico Regeneración (1900-1918): de la crítica liberal a la lucha anarquista en el México revolucionario. Disponível em <[El-periodico-Regeneracion-1900-1918-de-la-critica-liberal-a-la-lucha-anarquista-en-el-Mexico-revolucionario-The-Newspaper-Regeneracion-1900-1918-from-the-Liberal-Critic-to-the-Anarchist-Fight-in-the-R.pdf](https://www.researchgate.net/publication/354111114-El-periodico-Regeneracion-1900-1918-de-la-critica-liberal-a-la-lucha-anarquista-en-el-Mexico-revolucionario-The-Newspaper-Regeneracion-1900-1918-from-the-Liberal-Critic-to-the-Anarchist-Fight-in-the-R) (researchgate.net)>. Acessado em 30/10/2023

126 Ibid. P. 2-3.

127 BARTRA, op. Cit., p. 21.

judiciário era somente uma faceta da estrutura geral do governo porfiriano sistemicamente corrompido e o alvo principal das críticas¹²⁸.

Essa fase inicial do jornal está diretamente relacionada ao momento em que se consolidaria a criação de um partido de oposição, fruto da força que ganharam os clubes liberais. Segundo Rizzi, em 1901, já existiam 49 clubes em 14 estados do território mexicano, resultando na criação da Confederação de Clubes Liberais¹²⁹. É nesse ano que seria criado o Partido Liberal Mexicano (PLM), em San Luis Potosí, a partir do núcleo liberal preexistente naquela cidade, o *Club Liberal Ponciano Arriaga*, em homenagem ao liberal do século XIX¹³⁰. Já em 1901, há uma mudança na orientação do semanário, que adota o novo lema “*Periódico independiente de combate*”¹³¹, em clara alusão à luta contra a ditadura de Porfirio Díaz e seu entreguismo dos bens mexicanos.

A repressão empregada por Díaz contra aqueles que se opunham abertamente ao regime porfirista, foi bastante dura, cabendo destacar a perseguição à imprensa, através da qual se pode explicar os diversos deslocamentos sofridos pelo periódico¹³². O primeiro número foi publicado em 7 de agosto de 1900, e até o ano seguinte esteve em circulação, quando Jesús e Ricardo Magón foram presos pelo envolvimento com as publicações que atacavam diretamente o governo Díaz e sua administração¹³³. Entre os anos de 1902 e 1903, se intensificaria a perseguição política, incluindo ameaças à vida de Ricardo Magón, se viesse a publicar qualquer escrito, o que levaria os irmãos a Laredo, no Texas e depois San Antonio; é também nesse período em que aparecem as primeiras rachaduras que dividiriam o PLM entre radicais e moderados¹³⁴.

3.2 O *Regeneración* como veículo magonista

A cisão se deu entre Camilo Arriaga e os irmãos Magón, e consistia principalmente no fato de que o primeiro buscava promover as reformas políticas dentro das vias legais, inclusive tendo recebido certo apoio de Madero, enquanto o segundo

128 Ibid. P. 21

129 RIZZI, op. Cit., p. 104-105.

130 Ibid. P. 103-104.

131 BARTRA, op. Cit., p. 23.

132 BARTRA, op. Cit., p. 37

133 Ibid. P. 38-39

134 AGUIRRE, op. Cit., p. 6.

enxergava a necessidade de reformas sociais e econômicas, extrapolando a agenda contrária à reeleição¹³⁵. Assim, em 1904 jornal retoma suas publicações no exílio, sob nova posicionamento; no ano seguinte é constituída a *Junta Organizadora del Partido Liberal Mexicano* e em 1906, é publicado seu programa, se tornando um importante documento do período revolucionário¹³⁶. A junta era presidida por Enrique Flores e contava também com a participação de Ricardo Flores e outros nomes, e o seu meio de contato era o periódico *Regeneración*¹³⁷.

O programa é um marco, não só para o magonismo e o *Regeneración*, mas também para a revolução, porque se passa a entender que somente a crítica ao governo era insuficiente e a tomada das armas era necessária¹³⁸. O documento, dividido em três partes, aponta os principais problemas - no plano político e social - a serem resolvidos no país através da mobilização coletiva¹³⁹. Segundo Rizzi, a presença de muitos advogados no partido seria responsável pela característica jurídica do documento produzido pela JOPLM, bem como dos documentos que seguiram ao ano de 1910, vide a existência dos inúmeros planos com formato semelhante às leis¹⁴⁰, como os analisados no primeiro capítulo deste trabalho.

Outra característica foi a adesão de participantes ao movimento encabeçado pelo magonismo. O próprio Ricardo Magón, em carta dirigida ao irmão, Enrique, escreveu que

Se desde o início tivéssemos nos chamado anarquistas, ninguém, a não ser uns poucos, nos haveriam escutado. Sem nos chamarmos anarquistas, temos prendido nos cérebros ideias de ódio contra a classe possuidora e a casta governamental¹⁴¹

Ou seja, a estratégia adotada pelo magonismo foi a de não levantar abertamente uma bandeira radical e que provavelmente afastaria os trabalhadores mesmo antes de conhecer suas propostas. Segundo Assis, foi o contato com as ideias de movimentos de

135 ASSIS, op. Cit., p. 76.

136 BARTRA, op. cit., p. 24.

137 ASSIS, op. cit., p. 83.

138 Ibid. P. 25.

139 RIZZI, op. Cit., p. 111.

140 Ibid. P. 111-112.

141 MAGÓN, Ricardo. *Epistolario y textos de Ricardo Flores Magón*, p. 203, apud BARTRA, op. Cit. P.

trabalhadores pelo mundo afora que proporcionou a organização operária no México, assim como a própria experiência adquirida por eles ao longo de sua constituição¹⁴².

Mesmo apesar da ilegalidade, o programa visava atrair desde profissionais liberais, soldados de baixa patente, trabalhadores do campo, demonstrando sua capilaridade nos vários setores da sociedade¹⁴³. Dentre as proposições defendidas, havia a declaração de ilegalidade das reformas à Constituição empreendidas por Díaz, a liberdade de imprensa, primazia pela educação essencialmente laica e possuía um teor altamente anticlerical¹⁴⁴. Os dois últimos pontos, interessa ressaltar, seriam incorporados pela Constituição promulgada em 1917, demonstrando a importância do Programa para os desdobramentos da revolução.

No entanto, a parte que mais interessa para este trabalho é a exposição sobre a questão agrária, e como ela viria a ser tratada posteriormente nas páginas do semanário. Segundo o programa do PLM, a ditadura de Díaz aprofundou a indevida apropriação de terras por parte de uma pequena classe, que gerou uma massa de pessoas sem propriedades e sem recursos¹⁴⁵. Mas, apesar de reconhecer a questão agrária como fundamental para o desenvolvimento do país, o programa de caráter liberal prezava pela propriedade individual, priorizando o potencial produtivo e gerador de empregos, assim como o respeito à legislação do trabalho¹⁴⁶. Dessa forma, para Rizzi, o liberalismo social pregado pelos membros do PLM enxergava a necessidade de se distribuir terras de maneira mais igualitária, a fim de promover a libertação dos trabalhadores do campo, esse ideal não se sobreporia ao da liberdade individual¹⁴⁷.

Na prática, o objetivo dessa proposta era impelir os grandes proprietários a produzir em suas terras ou transferir ao Estado a responsabilidade sobre elas, para fins de redistribuição aos pequenos produtores¹⁴⁸. Essa exposição tanto soluciona parte da demanda por trabalho, quanto a produção de gêneros agrícolas; com o aumento na

142 ASSIS, op. Cit. P. 84-85.

143 ASSIS, op. cit., p. 86.

144 Ibid. P. 87-89.

145 Programa del Partido Liberal Mexicano. México, 1906. Disponível em <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/12/5625/42.pdf>>. Acessado em: 01/11/2023

146 RIZZI, op. Cit., p. 116-117.

147 Ibid, p. 118.

148 ASSIS, op. Cit., p. 92.

produção, ocorreria uma queda nos preços dos alimentos e contribuiria para o enriquecimento nacional¹⁴⁹.

Ademais de 1906 ter sido um ano de importância para o PLM e para o *Regeneración*, pela publicação do *Programa del Partido Liberal Mexicano* e pela grande tiragem do periódico, que se estima tenha chegado à 30 mil por edição¹⁵⁰, até o ano de 1908 as agitações impulsionadas pelo partido e sua arma de divulgação foram restritas e localizadas. A reação popular não contou com a tomada de armas, tampouco extrapolou os limites das fábricas e minas. Os principais nomes por trás da redação dos artigos estivera boa parte do tempo presa até o início da insurreição maderista, mas esse período permitiu aos intelectuais o florescimento de ideias radicais¹⁵¹.

3.3 Da radicalização à derrocada

Após o chamamento insurrecional de Madero, e sua luta antireelecionista, o PLM se depara com uma elite agrária que não se preocupava com a mudança nas estruturas sociais, mas sim, em pôr fim ao governo dos “científicos” ou dele se aproximar; se torna claro para os magonistas que prevaleceria uma política conciliatória, com o apartamento das questões sociais e da participação popular na vida pública¹⁵². Ricardo Magón, que estivera preso por sua ligação com a agitação política no governo Díaz, sai da prisão ainda em 1911 e retoma as atividades do *Regeneración*, publicando um manifesto em 23 de setembro, que expressa claramente seu alinhamento anarquista¹⁵³.

O texto se inicia apontando que as disputas têm origem na desigualdade gerada pela propriedade privada¹⁵⁴. Percebe-se de imediato o contraste entre o programa de 1906 e o manifesto de 1911: enquanto no primeiro o tom de conciliação e a pauta

149 Programa del Partido Liberal Mexicano, op. Cit., p. 9

150 RIZZI, op. Cit., p. 122-123.

151 BARTRA, op. Cit., p. 27-28.

152 Ibid. P. 28.

153 RIZZI, op. Cit., p. 123.

154 Manifiesto del 23 de septiembre de 1911. MAGÓN, Ricardo Flores *et al.* Apud BARTRA, op. Cit., p. 306. A questão em torno da posse de terras já era discutida no século XIX, pelos denominados contratualistas, sob a perspectiva da propriedade individual. Assim, a proposta carrancista mantinha a concepção liberal de propriedade. No entanto, o projeto aprovado pela Assembleia Constituinte deu prioridade à nação em detrimento da individualidade, ou seja, seria a nação que permitiria o usufruto privado da terra, e não o contrário. Ver RIZZI, op. Cit., p. 325.

contrária à reeleição são claramente expressos, no segundo, há um chamado popular visando a abolição da propriedade privada¹⁵⁵. O fim desse tipo de propriedade implicaria no fim do Estado, que, de acordo com os magonistas, resguardava o direito da posse particular, legitimado ainda pela igreja¹⁵⁶. A importância desse documento é tamanha por expressar pela primeira vez o ideário anarquista e expor que a luta de classes no México era a responsável pela miséria em que viviam a maioria dos trabalhadores do campo e da cidade.

Reconhecendo a importância do trabalho e direitos fundamentais à vida, o PLM ainda expressa que o cerne dos problemas sociais existentes é a injustiça da propriedade individual, “porque sujeita o maior número de seres humanos a trabalhar e a sofrer para a satisfação e ócio de um pequeno número de capitalistas”¹⁵⁷. A questão em torno da terra se torna fundamental na retórica magonista, assim como o apelo à adesão popular na luta armada pela tomada do poder. É nesse sentido que o anarco-sindicalismo dos Magón se aproxima de exércitos populares, como o de Zapata, que convergiam no entendimento de que a revolução seria democrática se os agentes históricos fossem o próprio povo¹⁵⁸. Ainda no ano de 1913, Ricardo Magón é convidado a transferir a redação do *Regeneración* para Morelos, mas recusa a oferta por acreditar no caráter internacional da revolução proletária¹⁵⁹. Cabe ainda ressaltar que diversos membros da direção do PLM trabalharam como operários em fábricas ao longo de suas vidas, o que aproximava os princípios defendidos pelos magonistas à realidade dos trabalhadores mexicanos¹⁶⁰.

Outro ponto interessante no manifesto, no que tange ao direito à terra, é a virada em torno da posse, que antes do levante maderista girava em torno da propriedade individual, e que em 1911 é preferivelmente coletiva. A diminuição da carga de trabalho e aumento da produtividade são justificativas à opção pela posse coletiva, onde cada núcleo familiar teria o necessário para sua sobrevivência, sem a dominação dos antigos patrões¹⁶¹. Se, num primeiro momento, o movimento zapatista se alia à luta maderista

155 BARTRA, op. cit., p. 29

156 MAGÓN *et al.* Op. Cit. P. 306-307.

157 Ibid. P. 307.

158 BARTRA, op. Cit., p. 30.

159 ASSIS, op. Cit., p. 149

160 Ibid. P. 30-31.

161 MAGÓN *et al.* Op. Cit. P. 309

marcada pelo princípio da antireeleição, é a partir de 1911 que o magonismo passa a exercer certa influência em sua prática política¹⁶², após o rompimento da aliança entre Madero e Zapata. Essa convergência entre a luta zapatista e o ideal magonista se intensificaria nos anos seguintes, sobretudo a partir do acirramento das distintas tropas revolucionárias e os exércitos federais.

Não se tratava, necessariamente, de uma sobreposição da ideologia magonista sobre o *Ejército Libertador del Sur*, mas o discurso por eles proferido e materializado no *Regeneración* se adaptava bem à realidade do campesinato mexicano. A ação coletiva armada praticada pelos exércitos zapatistas ia de encontro com a via institucional maderista¹⁶³; por sua vez, a ação individual, inserida no conjunto social defendida pelos magonistas também se opunha diretamente à chefia encabeçada por Francisco Madero, em conciliação coma a velha política¹⁶⁴.

1914 foi um dos anos mais marcantes do período revolucionário porque se concretiza a coalizão de forças dos exércitos populares – a *División del Norte*, de Pancho Villa e o *Ejército de Libertación del Sur*, de Emiliano Zapata¹⁶⁵. O rompimento das duas forças com Carranza parecia apontar para uma efetivação do ideário magonista, devido à falta de projeto político de ambos os líderes. Mas o entrave a concretização da organização das forças em prol de uma causa comum seria a desconsideração do papel social do *villismo*, pelo magonismo¹⁶⁶. Para Ricardo Flores Magón, Villa era um “bandido”¹⁶⁷, que representava interesses personalistas, de acordo com Assis¹⁶⁸; em contrapartida, demonstrava grande simpatia por Zapata, segundo o qual “[...] deixa a terra livre aos proletários e fuzila autoridades, burgueses e padres”¹⁶⁹.

162 SÓRIA, op. Cit., p. 26.

163 *Ibid.*, p. 29

164 MAGÓN, Ricardo Flores. *Los Jefes. apud* BARTRA, Op. Cit. P. 317-318.

165 WOMACK, op. Cit., p. 142.

166 ASSIS, op. Cit., p. 149.

167 MAGÓN, Ricardo Flores. *La agonía del constitucionalismo. Apud* BARTRA, op. Cit., p. 330. No mesmo ano ainda foram publicadas outras críticas de Ricardo Magón a Villa, no contexto da intervenção norte-americana (*El embrollo se complica*. p. 334-339); sobre a cisão entre Villa e Carranza (El caos. p. 339-340); e o já citado artigo em que compara as figuras de Villa e Zapata, advogando que o primeiro servia aos interesses burguês, e exaltando a atuação zapatistas em torno da expropriação de terras nas regiões que dominava (Zapata y Villa. p. 349).

168 ASSIS, op. Cit., p. 149.

169 MAGÓN, Ricardo Flores. *La situación. In* BARTRA, op. Cit. P. 348.

A partir de 1915, o debate em torno das leis agraristas ganha força, com a proposta de Manuel Palafox, antigo administrador de quartéis em território zapatista, entusiasta da reforma agrária¹⁷⁰, e posterior ministro da Agricultura, responsável por redigir a Lei Agrária de 28 de outubro de 1915, que expressava na via institucional os anseios pela redistribuição justa de terras¹⁷¹. A lei surge como uma resposta à sua homônima, mas datada de 6 de janeiro do mesmo ano, em que Carranza se apropria do mote zapatista. Nas páginas do *Regeneración* o artigo “*Las reformas carrancistas*”¹⁷² explicita que não aceitaria o programa reformista, visando então, a abolição da propriedade privada e busca pela distribuição de terras comunais, já que a posse individual sem devida infraestrutura daria continuidade aos mecanismos de opressão capitalista¹⁷³

É nesse mesmo ano que Ricardo Magón tece uma ferrenha crítica aos que maldiziam o zapatismo e buscavam desqualificá-lo. Porém, há também que se citar que, ademais do elogio às expropriações de fazendas, Magón explicita que a expropriação de uma fábrica de papel possibilitaria que o *Regeneración* fosse publicado em território zapatista¹⁷⁴, o que demonstra a interrelação de ambas as concepções de sociedades, em grande parte motivada também pela ação violenta contra a classe possuidora.

O enfraquecimento dos exércitos populares e a hegemonia política empregada pelo carrancismo, em fins de 1916¹⁷⁵, levariam o *Regeneración* e seus redatores a caminhos cada vez mais minados pela constitucionalidade, e desmobilização das táticas de guerrilhas operárias. Como apresentado no capítulo anterior, a proposta de Carranza para a Constituição mantinha o espírito liberal de sua antecessora; por sua vez, setores reformistas seriam os responsáveis pela inclusão de artigos que asseguravam direitos sociais e trabalhistas, e nesse sentido se enquadraria o artigo nº 27, versando sobre a questão agrária e nacionalização dos recursos naturais. Assim, entre os anos de 1916 e 1917, a retórica apresentada pelo *Regeneración* buscou conciliar interesses dos operários e camponeses e avivar através do discurso, o engajamento. Ademais da situação política e institucional vivida no país, um outro episódio mundial aponta para

170 WOMACK, op. Cit., p. 140.

171 CAMÍN & MEYER, op. Cit., p. 78.

172 MAGÓN, Ricardo Flores. *Las reformas carrancistas*. In BARTRA, op. Cit., p. 365.

173 ASSIS, op. Cit., p. 150.

174 MAGÓN, Ricardo Flores. *Contra el zapatismo*. In BARTRA, op. Cit., p. 360.

175 CAMÍN & MEYER, op. Cit., p. 84.

essa nova percepção da luta operária, a Revolução Russa. Se por um lado a vitória constitucionalista era inevitável no México, por outro lado, a ascensão de uma revolução dos trabalhadores na Rússia parecia apontar para a visão de concretização do declínio dos burgueses em escala internacional¹⁷⁶. Para Ricardo Magón,

Ao México e à Rússia os seguirão em breve todos os povos da terra, já fartos de sua tirania, já cansados de injustiça, convencidos finalmente de que sua salvação não há de ser decretada por um ser imaginário [...], mas sim que sua liberdade e seu bem-estar têm que ser conquistados pelo ferro e pelo fogo, pelo motim e pela barricada.¹⁷⁷

Ainda no ano de 1917, foram poucas as referências à questão agrária no periódico, sendo que dos sete artigos disponíveis em versão impressa, compilados por Armando Bartra, apenas dois se voltam à questão em torno da terra¹⁷⁸, e um deles reproduz o discurso de um representante de Zapata após uma vitória militar contra os carrancistas¹⁷⁹. A estratégia de conciliação entre o operariado e os camponeses encontra diversas resistências, que conseguiram ser superadas pela burguesia¹⁸⁰, mas há um forte apelo pela visão internacionalista da luta dos trabalhadores, que se faz presente no *Regeneración*¹⁸¹. Neste momento, não havia ponto de retorno em meio à revolução; assim, o magonismo passa a enfatizar as perspectivas, no longo prazo, da necessidade de se fazer uma revolução mundial, e conseqüentemente, no México¹⁸². Ricardo não deixa a cadeia, morre apenas 4 anos depois de seu encarceramento, no Kansas, Estados Unidos; o *Partido Liberal* é dissolvido, assim como a *Junta Revolucionaria*, e chega ao final de sua trajetória o *Regeneración*¹⁸³.

Poder-se-ia afirmar que o *Regeneración*, assim como o magonismo, fracassaram em sua árdua tarefa de mobilização e politização do contingente de trabalhadores. Mas não havia como prever o que viria a ser tal fracasso; enquanto sujeitos históricos, é muito difícil predizer o futuro das coisas, e nesse caso, de toda uma revolução. A jornada do periódico e de seus redatores se funde com o próprio processo histórico, como se um moldasse o outro, e de fato o fez. Se for levado em consideração que o

176 BARTRA, op. Cit., p. 411.

177 MAGÓN, Ricardo Flores. *En vísperas de la revolución*. In BARTRA, op. Cit., p. 412.

178 Ibid. P. 409-427.

179 GAMA, Antonio Díaz Soto y. *La Revolución Agrária*. In BARTRA, op. Cit., p. 423-424.

180 ASSIS, op. Cit., p. 150.

181 MAGÓN, Ricardo Flores. *Carranza se despoja de la piel de oveja*. In BARTRA, op. Cit., p. 395-395.

182 ASSIS, op. Cit., p. 150-151.

183 AGUIRRE, op. Cit., p. 11-12.

refinamento ideológico de Ricardo Magón e seu grupo político influenciaram diretamente nas sublevações contra Díaz, e posteriormente, a radicalização dos exércitos populares¹⁸⁴, então é possível ressignificar essa interpretação de fracasso, em detrimento do que foi suscitado pelos ideólogos anarquistas.

Fato é que contribuíram para o insucesso da ala radical, o conflito com as classes dominantes fez com que prevalecesse ao longo da revolução os setores mais moderados, apoiados pela bandeira antireelecionista, bem como a própria ação direta defendida pelo grupo, que ameaçava não somente interesses econômicos, mas também toda uma mudança social¹⁸⁵. As constantes prisões dos dirigentes do *Regeneración* e a clandestinidade em que era posto, podem ter influenciado significativamente o decorrer do processo almejado pelos magonistas.

A derrocada anarquista expressa, assim, o declínio das propostas radicais para a emancipação dos trabalhadores, e a emergência de uma política conciliadora, e com vistas à reconstrução nacional, por conturbada que tenha sido a década de 1920. Importante lembrar que, em grande medida, esse infortúnio magonista se deveu à defesa de princípios ideológicos e a recusa a conciliação com as velhas estruturas de dominação.

184 Ibid. P. 13

185 ASSIS, op. Cit., p. 166-167.

Considerações Finais

Passados 113 anos desde o início da Revolução Mexicana, muito já se escreveu e muito ainda há de ser escrito. As vicissitudes ocorridas ao longo dos sete anos marcados pela guerra civil demonstram as inúmeras facetas, sujeitos históricos e contextos regionais, que conferem a esta uma identidade singular.

Durante o período imediatamente anterior à eclosão da revolução, o porfiriato, a agitação política vai pouco a pouco ganhando corpo, nutrida pelo Partido Liberal Mexicano, e suas críticas à corrupção sistêmica e ausência de direitos trabalhistas. Uma série de greves e motins de trabalhadores das fábricas entre 1906 e 1908, em contato com o padrão de vida elevado dos trabalhadores estadunidenses do outro lado da fronteira, assim como com ideais do anarco-sindicalismo, davam sinais da ruptura no seio da sociedade mexicana. Nesse cenário, teve papel fundamental o *Regeneración*, principal arma política empregada pela ala conhecida como “magonista”, do PLM.

Francisco Madero, fazendeiro de Coahuila, adentra a vida política levantando a bandeira anti-reeleição, tendo em vista os quase trinta anos nos quais Porfirio Díaz esteve à frente da presidência mexicana. Tendo levado a conhecimento seu plano de San Luis Potosi, em 1910, conclamando a população a pegar em armas e derrubar a ditadura porfiriana, Madero iniciara um processo que trouxe à superfície as inúmeras contradições presentes no México da primeira metade do século XX.

Mas o plano engendrado por Madero não foi cumprido: a redistribuição de terras proposta do Artigo 3º do documento não foi efetivada, mesmo depois que o líder chegou ao poder. Em Morelos, no centro-sul, Emiliano Zapata já havia sido reconhecido por seus contrerrâneos de Anencuilco como líder, e posteriormente viria a ser um dos principais nomes, no que tange a luta pelo direito à terra. Assim, a primeira fase da revolução consistiu em uma quebra de expectativas, já que Madero enquanto líder político manteve as mesmas estruturas vigentes no porfiriato e traiu seu próprio plano, ao não devolver as antigas terras comunais.

Assim, a partir de 1911, à medida que os exércitos vão se fragmentando em grupos políticos com ideais específicos, o *Regeneración* e o PLM vão se radicalizando, defendendo veementemente que a população, com armas nas mãos, tomasse não

somente as fábricas, mas também as grandes propriedades rurais, aproximando-se dos ideais anarquistas.

A luta pela terra foi sendo aos poucos incorporadas ao projeto político que desponta após o assassinato de Madero, em 1913. Assim, com a chegada de Venustiano Carranza ao poder, e a busca pela desmobilização dos mais de trinta mil soldados espalhados por todo território mexicano, a alternativa encontrada pelo político coahuilense foi absorver a questão agrária contida no *Plan de Ayala*, a partir do ano de 1915. Ao ser promulgada a Constituição, em 1917, ocorre uma mudança significativa não somente no que diz respeito aos avanços sociais, mas também trabalhistas e agrários, e cabe destacar o Artigo nº 27, que versa sobre a nacionalização dos bens e terras, e a primeira proposta de reforma agrária da América Latina.

Mas à medida em que vão sendo derrotadas as forças que divergiam do projeto de nação carrancista, também vai se enfraquecendo o magonismo e os ideias que por longos anos defenderam. Desse modo, os últimos anos do *Regeneración* carregam a propaganda de se pensar a revolução numa perspectiva global. No entanto, a postura combativa se mantém, e até o final de suas publicações, os redatores, e principalmente Ricardo Magón, não abrem mão da luta armada como modo de garantir a efetivação de direitos, a esta altura, constitucionalmente previstos.

O viés internacionalista da luta armada, defendido pelo magonismo seria uma das causas de sua perseguição e prisão de seus redatores, no contexto da Primeira Guerra Mundial. Ainda que não tenham se sobressaído como uma corrente “vitoriosa” no processo histórico, sua atuação foi fundamental, e o *Regeneración*, responsável por atingir diversos setores da sociedade e assim mobilizá-los politicamente.

Pode-se concluir, então, que foi de extrema importância a atuação e mobilização exercida pelo periódico para a Revolução Mexicana. O processo político permitiu uma reconfiguração social onde os trabalhadores tiveram papel fundamental, e por isso moldaram características do mesmo.

Mas apesar dos avanços constatados para a época, não se pode deixar de citar como o alinhamento político às classes mais abastadas acabou por conduzir a pauta da reforma agrária ao plano do discurso. Proporcionalmente, poucas fazendas foram

divididas, se levado em consideração a população rural naquele momento. É possível que esse fato ajude a compreender a questão sobre terras em algumas províncias mexicanas nos dias de hoje.

FONTES PRIMÁRIAS

BARTRA, Armando. *Regeneración 1900-1918: La corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a través de su periódico de combate*. México, DF: Era.

FONTES SECUNDÁRIAS

MADERO, Francisco I. *Plan de San Luis Potosi*. San Luis Potosi, 1910. Disponível em: <https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/6/2884/26.pdf>

MÉXICO, *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos*. Cidade do México, 1917. Disponível em: <http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/1917.pdf>. Acesso em 12/10/2023

Programa del Partido Liberal Mexicano. Cidade do México, 1906. Disponível em <<https://archivos.juridicas.unam.mx/www/bjv/libros/12/5625/42.pdf>>. Acessado em: 01/11/2023

ZAPATA, Emiliano e JUNTA REVOLUCIONÁRIA. *Plan de Ayala*. 1911, Ayala. Disponível em: <http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/CH8.pdf>. Acessado em: 02/10/2023

BIBLIOGRAFIA

DE AGUIRRE, Luis Ignacio Viana Ruiz. *El periódico Regeneración (1900-1918): de la crítica liberal a la lucha anarquista en el México revolucionario*. Disponível em < [El periódico Regeneración \(1900-1918\): de la crítica liberal a la lucha anarquista en el México revolucionario](#)>. Acessado em: 15/11/2023

ASSIS, Mauro Francisco da Costa. *Imprensa e magonismo: um estudo do periódico Regeneración (1900-1918)* [manuscrito] / Mauro Francisco da Costa Assis. – 2015. 205f. Orientador: João Paulo Coelho de Souza Rodrigues. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei. Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas. Disponível em < https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_2334fb5ef951859dfbf41ca752a2afec>. Acessado em: 25/10/2023

ASSIS, Mauro Francisco da Costa. IMPRENSA RADICAL: A TRAJETÓRIA DO PERIÓDICO REGENERACIÓN (1910-1918). *Ars Historica*, v. 9, 2014. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/article/download/45406/24440>>. Acessado em: 27/10/2023

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A revolução mexicana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. Disponível em <[A Revolução Mexicana](#)>. Acessado em: 12/11/2023

BARTRA, Armando. *Regeneración 1900-1918: La corriente más radical de la revolución mexicana de 1910 a través de su periódico de combate*. México, DF: Era, 1977.

BAZANT, Jan. O México da Independência a 1867. In: Leslie Bethell (org.). *História da América Latina, volume III: da independência a 1870*. 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CAMÍN, Héctor Aguilar. MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução Mexicana*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CANO, Jorge J. Gómez de Silva. *El derecho agrario mexicano y la Constitución de 1917*. Ciudad de México: Secretaría de Gobernación, Secretaría de Cultura, Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México, unam, Instituto de

Investigaciones Jurídicas, 2016. Disponível <[El derecho agrario.pdf](#)>. Acessado em: 08/10/2023

HOBBSAWM, Eric J. *Bandidos*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. - 4. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2015.

KATZ, Friedrich. O México: A República restaurada e o Porfiriato, 1867-1910. In BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina: de 1870 a 1930*, volume V. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

MIRES, Fernando. Mexico: un carrusel de rebeliones. In: *La Rebelión Permanente: las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1988

SÓRIA, Liz Nátili. *A economia zapatista: retratos de uma insurreição autônoma*. 2019. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/D.8.2019.tde-09092019-143138. Acesso em: 2023-09-27. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09092019-143138/en.php>>. Acessado em: 15/10/2023

RAMPINELLI, Waldir José. A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 11, n. 126, p. 90-107, 8 set. 2011. Disponível em <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/14401>>. Acessado em: 18/10/2023

WOMACK, John. A Revolução Mexicana: 1910-1920. In BETHELL, Leslie. *História da América Latina: de 1870 a 1930*, volume V. 1ª ed. 1ª reimpr. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

Declaração de Autenticidade

Eu, Yasmin de Araujo Chagas, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “¡Tierra y libertad!: ideais de reforma agrária a partir do periódico Regeneración (1910-1918)” foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico